

A PRODUÇÃO SOCIAL DO POBRE E DO NEGRO PELO BRANCO DOMINANTE

José da C. Bispo de Miranda
UESPI E DOUTORANDO NA PUC-SP

O processo de construção da dominação colonial é elaborado no centro do poder do Estado - nação que simultaneamente constitui estruturas ideológicas capazes de manter a identidade do povo europeu e criar diferenças com os demais povos colonizados. (Hardt & Negri, 2001). Este Outro é construído de acordo com os interesses do colonizador. Para isso toda a máquina é direcionada com o objetivo de elaborar uma força simbólica do discurso dominante (Bourdieu, 1998). Contudo, é bom destacar que esta elaboração simbólica dominante, mesmo sendo irreduzíveis ao terror, muitas vezes, utiliza-o para subjugação, como afirma Taussing (1993), *“Seria insensatez da nossa parte fazer vista grossa ao papel do terror”* (p.27). O início de instalação do poder colonial, em sua essência, não difere dos mecanismos posteriores, são apenas mais rústicos. *“... arbitrariedade do poder, o poder enfurecido, o grande e fervilhante lamaçal do caos, que existe no reverso da ordem e sem o qual a ordem não poderia resistir”* (ibidem:26).

O projeto político e econômico da colonização necessita construir uma imagem do Outro como ameaçador e agente de poluição; por esta razão, a necessidade de dominá-lo, convertê-lo à lógica do dominador.

Fica também claro que o vitimizador necessita construir uma imagem da vítima a fim de criar ... a verdade, objetivando a fantasia no discurso do outro. É claro que o desejo do torturador é prosaico. ... existe também a necessidade de controlar populações numerosas, classes sociais inteiras e até mesmo nações, através da elaboração cultural do medo (ibidem:30).

Neste cenário os processos de violência física e violência simbólica constituem-se em armas para a interiorização da visão social do colonizador pelos dominantes, ao mesmo tempo, definem os grupos sociais alvos da repressão das forças policiais.

No Brasil, o discurso dominante articula-se com o sistema oligárquico – imperial (Mota, 1990) e com as forças conservadoras e liberais que constituirão a República. Neste cenário um certo pensamento social brasileiro é elaborado em conformidade com o projeto político do homem branco rico. A preocupação com a hierarquia social é teorizada e praticada, pensada e vivida no campo das relações raciais e econômicas. A sociedade dominada pelos proprietários rurais absorve a idéia da hierarquia entre as raças e da exclusão dos pobres e negros de uma sociedade oligárquica, escravista, estamental e capitalista. Posteriormente, como afirma Carlos Guilherme Mota, estes mesmos interesses forjam a noção de Cultura Brasileira “... *para dissolver as contradições reais da sociedade ...*” (1990: 25)

O lugar do negro na sociedade brasileira não é atenuado com a Abolição. Apesar da situação de escravo constitui-se numa marca profunda a ser carregada por todos os negros, a elaboração de um pensamento que atribui aos negros particularidades negativas, incapacitando-os para uma integração maximizada na sociedade capitalista, naturaliza, não apenas para os setores dominantes, mas também para a grande população negra, a sua inferioridade .

O pensamento racista não é privilégio apenas dos senhores de escravo do séc. XIX, grande número de intelectuais contribuíram para a propagação da idéia de superioridade racial branca. Na obra que alcançou sucesso editorial e foi traduzida para cerca de dez línguas e, motivou a eleição do seu autor para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Euclides da Cunha afirma

Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto de influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas de inferior (2000:93)

E sobre o mestiço diz:

deslumbrando um momento e extinguindo-se preste, feridos pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida (ibidem:93-94)

Esta forma de pensar o Brasil não se deve à ausência de teorias críticas, anti-evolucionista e anti-racista^{1[1]}, mas à adequação deste pensar o Brasil ao projeto dos senhores proprietários rurais e da elite burocrática branca.

A sofisticação desta forma de pensar as relações sociais e raciais ocorre com as 'teorias de branqueamento' da sociedade brasileira. No campo social, produzindo imagens do negro como utilizável sexualmente, mesmo que para constituir família, o homem e a mulher branca preferam um ao outro. No campo econômico, o negro é 'vomitado' do processo produtivo. Após a abolição o negro não consegue posição no mercado de trabalho. Apesar da política do 'branqueamento racial', aparentemente, trazer uma vaga idéia de integração do negro, não se constitui em paradoxo, a exclusão deste das condições mínimas de sobrevivência.

O pensamento crítico no Brasil, nas décadas de 20 e 30, é bastante consistente e vigoroso^{2[2]}, contudo a visibilidade deste não impede a consolidação do projeto do dominante rico e branco. A preocupação dos setores dominantes em elaborar representações sobre o negro conflui para o pensamento de Gilberto Freyre na obra *Casa-Grande e Senzala*. Para Freyre (1990) as relações sociais, econômicas, raciais e sexuais deram-se em zonas de confraternização, mesmo sendo difícil compreendê-la numa situação entre vencedores e vencidos.

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – a dos brancos com as mulheres de cor - de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base (p. 13).

A subjugação, a dominação e a exploração econômica através do trabalho são entendidas por Freyre como 'confraternização', equilíbrio nacional, no

^{1[1]} Ver em '*América Latina: males de origem*'. Como Manuel Bonfim opõe-se às teorias racistas européias; e afirma que as causas do atraso latino-americano devem ser buscadas nas relações entre a América Latina e a Europa

^{2[2]} Vários intelectuais posicionam-se contra o pensamento conservador brasileiro, entre estes, Astrogildo Pereira refutando teoria de Oliveira Viana, Caio Prado Júnior, com a *Evolução Política do Brasil*, um ensaio materialista sobre a história brasileira; Nelson Werneck Sodré, com a *Formação da Sociedade Brasileira*.

qual a miscigenação se constitui como elemento de ocultação da exclusão e da intolerância racial.

Existe no pensamento conservador brasileiro um ideal de transformação da sociedade brasileira numa sociedade branca (Ortiz, 1985). Neste sentido, integra-se a este projeto a política migratória que serve para importar mão-de-obra branca e excluir social e economicamente o negro.

Os estudos de Florestan Fernandes sobre o negro no Brasil são desveladores da lógica do pensamento conservador sobre o negro e o pobre. A descoberta do Brasil por este pensador crítico ocorre, pela análise do ser humano desumanizado. Para este autor os setores estamentais da sociedade brasileira resistem à lógica da revolução burguesa clássica, esta realiza-se, mas com as especificidades dos setores aristocráticos e burocráticos estatais. Isto significa a rejeição dos princípios liberais burgueses e, simultaneamente, a aceitação da lógica do sistema capitalista.

Nos processos de abolição da escravatura e da integração do escravo na sociedade americana, sucede-se uma política de inclusão deste no mercado de trabalho assalariado e formas de 'suavização' nos relacionamentos sociais. Na sociedade brasileira ocorre

... ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho (Fernandes, 1965:03).

A mudança na situação do negro de escravo para 'liberto' não representa nenhuma liberdade. Livres ficam os senhores proprietários rurais e a elite burocrática estatal de compromissos, mesmo que fossem, com as condições sub-humanas de sobrevivência. Meus irmãos negros encontram-se excluídos da riqueza, da dignidade e do reconhecimento de um país pelo qual lutaram, trabalham e o enriqueceram sua 'cultura'. Além disto, o 'liberto' deve adapta-se a uma sociedade que não deseja seu trabalho. O imigrante branco, efetivamente, toma os postos de trabalho.

... o liberto defrontou-se com a competição do imigrante europeu, que não temia a degradação pelo confronto com o negro e absorveu, assim as melhores oportunidades de trabalho livre e independente. (Fernandes,1965:04).

A representação social do negro na sociedade encontrava neste contexto sua força. Todo o processo de degradação da escravidão e a elaboração de imagens negativas da pessoa de cor, bem como a eficaz interiorização dessas representações sociais por parte desta população excluídas, resultou numa situação de conformismo com este cenário. O intento é esvaziar o negro de toda e qualquer perspectiva potencializadora que os leve a ameaçar a estética e a ordem social. Sua integração ocorre pela submissão. Os movimentos de resistência à esta lógica de inclusão são duramente reprimidos.

... a imagem do “*bom negro*” associa-se a expectativa bem definidas de submissão, lealdade e conformismo diante da situação de interesses da “raça dominante”. Quanto mais o negro e o mulato se identificam com os ideais da personalidade democrática, concatenados em torno da figura do *cidadão* e dos direitos fundamentais da pessoa, tanto mais eles são incompreendidos, avaliados etnocêntricamente e depreciados. Ao inverso, quanto mais se prender ao modelo fiel e devotado ou fizer seus atos aos atributos correlatos (mesmo sem ser empregado ou dependente), mais o “negro” encontra correspondência afetiva compreensão e consideração no ânimo do “branco”. (ibidem: 229). Destaques do Autor.

O conjunto dos relacionamentos sociais, entre brancos e negros, negros e negros, perpetua e naturaliza as posições e as representações elaboradas no pensamento conservador. Neste contexto, as ações contestadoras dos negros encontram sua barreira no interior do próprio grupo racial,

... sempre houve uma constante: em um extremo, o ativismo dos que contestavam abertamente, de outro, o ressentimento engolido com ódio ou com

humildade, mas que se traduzia sob a forma da acomodação que eu cheguei a designar como capitulação racial passiva”. (ibidem. 1989:35).

Este quadro comportamental é devido à eficácia do discurso simbólico dominante e à falta de instrumentos por parte dos intelectuais e dos setores oprimidos para a elaboração de um discurso simbólico liberador. Muitas vezes, a eficácia dos intelectuais não conseguem produzir imagens capazes de romper com as representações conservadoras situadas no coração e na mente dos dominados.

O branco pobre, tal como o negro, é construído socialmente pelo branco rico. A exclusão da condição de proprietário e de elite burocrática estatal, pressupõe, por parte dos setores dominantes, um cenário de produção e reprodução de um *modus vivendi* inteiramente incompatível com os comportamentos dos setores aristocráticos. Mesmo o imigrante rico encontra resistência para sua inclusão na sociedade estamental brasileira. Contudo a tolerância a este ocorre mais pela sua interiorização dos valores estamentais do que pela sua capacidade renovadora.

No Brasil, segundo Florestan Fernandes, a revolução burguesa adquire características do ‘antigo regime’. Não existe substituição dos agentes no processo produtivo e comercial, ao contrário, há conservação do *habitus*^{3[3]} dos setores aristocráticos.

No quadro geral do capitalismo, os setores estamentais-rurais, desde do período Colonial, situavam-se em posições marginais. Apesar de controlar a exploração da mão-de-obra escrava e organizar toda a produção primária, na divisão dos lucros entre a metrópole e os agentes financeiros europeus, o que sobrava não era propriamente ‘lucro’. Este cenário gerou uma predisposição comportamental neste setor estamental, a eliminação de estruturas que propiciassem a competitividade econômica e a mobilidade social.

... a desagregação da ordem escravista e a extinção do regime imperial, os componentes da “burguesia” viam-se através de distinções e de avaliações estamentais (Fernandes, 1987:18).

^{3[3]} O termo é utilizado na concepção de Norbert Elias, para o qual os termo significa a incorporação de experiências vividas pelo indivíduo e por seu grupo social. Representa a permanência de comportamentos antigos.

A 'burguesia' brasileira organizou um padrão estrutural da economia, da sociedade e da cultura para impedir o acesso ao mercado de trabalho e a expansão de um sistema competitivo (ibidem); Parece repetir com os setores marginais de sua sociedade, de forma mais precarizada, o uso e a exploração que os agentes do capitalismo comercial realizaram.

... o capitalismo comercial provou o aparecimento e exigia o incremento da produção colonial. Contudo, não inseriu o produtor colonial no processo pelo qual a circulação dos produtos coloniais, como mercadorias, engenhava uma forma específica de capitalização (ibidem:24).

Este quadro específico da formação social brasileira, na análise de Florestan Fernandes, termina por desviar o '*agente econômico da centralidade propriamente capitalista*'; (ibidem:25). Ianni (1986) analisando a obra de Florestan Fernandes, afirma que a resultante desta peculiaridade é a contínua obstrução do povo às melhores condições de vida.

Sempre que o povo melhora a sua posição de barganha política, ou conquista posições fundamentais para sua emancipação, os grupos e classes dominantes, articulados com os setores das Forças Armadas, da Igreja e do Imperialismo, rompem com o processo democrático.(p.29)

A eficácia da exclusão não pode ser creditada apenas ao padrão estrutural da economia e aos impedimentos estamentais produzidos pela 'burguesia autocrática', deve ser compartilhada com os mecanismos de interiorização do discurso simbólico dominante, muitas vezes, entendido como uma manifestação exterior sobre os indivíduos, resultando na alienação. Embora esta alienação produza a subjugação a passividade dos dominados, como diz Godelier (2000).

É uma alienação que *nasce do interior* de cada um porque tem a sua origem nas relações que formam o ser social de todos, as relações que existem entre todos aqueles que pertencem à mesma sociedade, que fazem essa sociedade (p. 174) Destaques do autor.

Essa ilusória idéia de co-participante da construção social do mundo torna-se condição real de vida através da absorção dos elementos que ‘naturalizam’ as diferenças e as hierarquias sociais.

Depois desta sucinta análise podemos questionar sobre a comparação entre a forma de atuar do policial civil e o processo de produção social do negro e do pobre na sociedade brasileira. Não bastando, vale indagar sobre as conexões deste contexto com a relação entre novos e ‘antigos’ policiais civis no campo policial.

BIBLIOGRAFIA

Bourdieu, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves ed. ; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

Elias, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus no sec. XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

Fernandes, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

Fernandes, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1987.

_____. *O Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

Fernandes, Heloísa Rodrigues. Rondas na Cidade : uma coreografia do poder. In : *Tempo Social*. Ver. Sociol. da USP, São Paulo, 1(2): 121-134, 2. sem. 1989.

Freyre, Gilberto. *Casa – Grande e Senzala*. São Paulo: José Olympio; Círculo do Livro, 1990.

Godelier, Maurice. *O Enigma da Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2000

Hardt, Michael & Negri, Antonio. *Império*. 2.ed. Rio de Janeiro : Record, 2001.

Ianni, Otávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In : *Florestan Fernandes (sociologia)*. São Paulo: Ática, 1986.(Coleção Grandes Cientistas Sociais)

Mota, Carlos Guilherme. Cultura brasileira ou cultura republicana?. In : *Revista Estudos Avançados*, USP, 4(8), Jan. 1990. P. 19 – 34.

Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1985.

Taussing, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem. Um Estudo sobre o Terror e a Cura*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.